

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-XX.

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da carteira de identidade n.º XXXXXXXX-SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXX, telefone nº XXXXXXXX, vêm, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, com fundamento no artigo 22, do Código Civil e 1159 do Código de Processo Civil, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA DE AUSÊNCIA

em face de **FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX SSP/XX e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, **atualmente em local incerto**, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

I - DO MATRIMÔNIO

Os cônjuges casaram-se aos XX.XX.XXXX, sob o regime da comunhão universal de bens, conforme cópia da certidão de casamento anexa.

II- DOS FILHOS

Da união advieram três filhas, a saber:

FULANO DE TAL-nascida aos XX.XX.XXXX

FULANO DE TAL-nascida aos XX.XX.XXXX

FULANO DE TAL-nascida aos XX.XX.XXXX

III - DOS BENS

Durante o casamento os cônjuges adquiriram os seguintes bens:

- I) um imóvel localizado na XXXXXXXX;
- II) um lote situado na XXXXXXXX;
- III) um lote situado na XXXXXXXX;
- IV) um lote situado na XXXXXXXX;
- V) um lote situado na XXXXXXXX;
- VI) um lote situado na XXXXXXXX.

IV - DA AUSÊNCIA

O requerido, no dia XX de XXXXXX de XXXX, saiu dizendo que ia trabalhar e que voltava três meses depois, fato este comum, visto que exercia a atividade de eletricista autônomo em obras pelo país, no entanto, nunca mais voltou, já perfazendo dezenove anos sem qualquer contato ou notícia do mesmo. A requerente dispensa alimentos para si por possuir meios próprios para manter-se.

A requerente não registrou qualquer tipo de ocorrência policial sobre o desaparecimento do requerido, pois desconhecia a necessidade do procedimento.

V - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por serem juridicamente pobres nos termos da Lei n.º: 1.060/50;
- b) a intimação do Ilustre Membro do Ministério Público, para atuar no feito na forma da lei;
- c) a citação do requerido, via edital, para em querendo apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) a nomeação da requerente, como curador do requerido, nos termos do artigo 25, caput, do Código Civil;
- e) a procedência do pedido decretando-se, por sentença, a ausência do requerido, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de Registro Civil, para fins de averbação, encaminhando-o, nos termos do artigo 9º, IV, do Código Civil.
- f) A arrecadação dos bens do ausente e a publicação de editais, durante um ano, reproduzidos de dois em dois meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens, na forma dos artigos 1160 e 1161, ambos do Código de Processo Civil;
- g) que seja o requerido condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do programa de Assistência Judiciária - PROJUR (art.5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2131, de 12/11/1998), a serem recolhidos junto ao Banco XXX, através de DAR (Documento de Arrecadação) com o código XXX - Honorários de Advogados - PROJUR.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admissível.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXX (XXXXX reais).

Nestes termos,
Pede deferimento.

XXXXXX-XX, XX de XXXXX de XXXX.

ROL DE TESTEMUNHAS:

FULANO DE TAL
XXXXXXXXXXXXX, telefone nº XXXXXX

FULANO DE TAL
XXXXXXXXXXXXX, telefone nº XXXXXX

FULANO DE TAL
XXXXXXXXXXXXX, telefone nº XXXXXX

DECLARAÇÃO HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA

Declaro, com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei Nº 1.060/50), nos termos da Lei Nº 7.115/83, com suporte no inciso LXXIV do art. 5º da CF/88, ***não possuir condições econômicas e financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios***, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, fazendo-se ciente que se falsa for a declaração implicará **PENA DE 1 A 5 ANOS** de reclusão pela prática do **CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA** em documento público (art. 299 do Código Penal), além do **PAGAMENTO DE ATÉ 10 VEZES OS VALORES DAS CUSTAS JUDICIAIS SONEGADAS**, na forma que dispõe o § 1º do art. 4º, da Lei Nº 1.060/50.

Declaro ainda, estar ciente de que ocorrendo mudança em meu endereço ou de minhas testemunhas devo comunicar imediatamente a Defensoria Pública, bem como comparecer a cada 20 (vinte) dias para acompanhamento do processo e quando for solicitada minha presença.

XXXXXX-XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL